

ATA N.º 9/2025

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2025:

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Centro Cívico Intergeracional Professor Rogério Cação, sito na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 6, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), Patrícia Alexandra Santos Silvestre (PSD) e Ricardo Emanuel Gonçalves Viola (PSD), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, António Manuel Prioste Salvador (PSD), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), João Manuel Bernardo Grilo (PSD) e Teresa Cecília Batista Lopes (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei, Ferrel e Peniche, e dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS), Cristina Isabel Silva Pereira (PSD), Filipe Maia Henrique (CHEGA), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Adriana Inês Santana Delgado (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Márcio José Macatrão Marques (PSD), Pedro José Valinha Sampaio (CHEGA), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Mark Paulo Rocha Ministro (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS), Alice Ferreira Santos (PS), Bruno Pinto Cruz (PSD) e Ana Maria da Silva Gonçalves Neves Rasteiro (CHEGA), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos, a qual integra as alterações introduzidas no decurso da sessão, com a anuência de todos os membros presentes:

1.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

2.º - Período de intervenção do público.

3.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo (**Apreciado**);

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia (**Apresentados**);

3) Nomeação de dois representantes das Freguesias do Concelho, a designar pela Assembleia Municipal de Peniche, para a Comissão Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais (**Nomeados**);

4) Nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal (**Nomeado**);

5) Nomeação de um representante do Município de Peniche para integrar o Conselho da Comunidade do ACES OESTE Norte, a designar pela Assembleia Municipal (**Retirado**);

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2026 (**Aprovado, por maioria, com treze votos a favor e doze abstenções**);

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2026 (**Aprovado, por maioria, com treze votos a favor e doze abstenções**);

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2026 (**Aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor**);

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2026 (**Aprovado, por maioria, com treze votos a favor e doze abstenções**);

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2026 (**Aprovado, por maioria, com treze votos a favor e doze abstenções**);

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2026 (**Aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor**);

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Município de Peniche (**Aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor**);

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (**Aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor**);

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, para o ano 2026 (**Aprovado, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor**);

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Plano Municipal para a integração de Migrantes (**Aprovado, por maioria, com vinte e um votos a favor, e três votos contra**);

4.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Alice Ferreira Santos (PS) encontrava-se a substituir a senhora Maria da Conceição Sousinha Carinhas (PS) que comunicou a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores João Luís Redondo Veríssimo (PS) e Luís Constantino Borges Rendeiro (PS) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ricardo Jorge Ribeiro Rosado (PSD), Paulo Jorge Ferreira Vitorino (PSD), Ana Rita Trindade Petinga

(PS), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Thiago Soares Felgueiras (CHEGA).

A sessão foi secretariada pela Chefe de Divisão de Administração e Finanças do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

O Senhor Humberto Manuel Costa Ferreira, eleito pelo Partido Socialista saiu da sala pelas zero horas e quinze minutos, não tendo participado na votação do ponto quinze (15) da ordem de trabalhos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira, deu conta do expediente recebido através do endereço eletrónico da Assembleia Municipal:

- Receção de um ofício do Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Rui Prudêncio, a propósito dos membros da Assembleia Municipal de Peniche para a Assembleia Intermunicipal do Oeste;

- Receção de um email do Senhor Eng.º Carlos Moedas, na qualidade de Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses a convocar o nosso Município para o XXVII Congresso desta associação;

- Receção de dois emails do Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal do Oeste, Dr. Rui Prudêncio, um com o Edital e outro com um ofício circular a convocar os membros da Assembleia Municipal de Peniche para a primeira reunião da Assembleia Intermunicipal;

- Receção de um email do Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, a propósito do modo como foi realizada a convocatória para a sessão de hoje;

- Receção de um email do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Eurico Brilhante Dias, remetendo em anexo uma carta sobre o tema "Proposta de aumento de vagas no Ensino Superior - Riscos para a sustentabilidade das instituições do interior";

- Receção de um email ao cuidado do Dr. Rui Prudêncio, a informar que a primeira sessão da Assembleia Intermunicipal do Oeste, agendada para dia 17 de dezembro, foi adiada para 12 de janeiro, como data prevista. A alteração prende-se como facto de Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos ter alterado a data da sua reunião e consequentemente não ter elegido os membros para a Assembleia Intermunicipal do Oeste;

- Receção de um email do Secretário-Geral do Partido Socialista, José Luís Carneiro, dando a conhecer que foi aprovada a proposta n.º 1653, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2026, que estabelece o prazo máximo de pagamento às Autarquias Locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado;

- Por fim, receção de um email relativo a uma comunicação do Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), Fernando Santos Pereira, com a moção de estratégia definida no Congresso da ANAM, intitulada "Horizonte 2029".

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO,

SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Manuel Salvador (PSD):

Apresentou, verbalmente, um voto de louvor em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel:

«*Voto de Louvor:*

A Freguesia de Ferrel pretende propor um voto de louvor ao seu conterrâneo Vitor Severino, pelo percurso profissional de elevado mérito que tem vindo a desenvolver no futebol de alto rendimento.

Vítor Severino, natural da Freguesia de Ferrel, integra atualmente a equipa técnica do treinador Luís Castro, exercendo funções de treinador adjunto, tendo recentemente assumido esse cargo no Grémio de Porto Alegre, uma das mais emblemáticas e prestigiadas instituições desportivas do Brasil e da América do Sul.

Este percurso internacional, constituído com trabalho, competência, rigor e dedicação, constitui um motivo de grande orgulho para a Freguesia de Ferrel e para o Concelho de Peniche, projetando além-fronteiras o talento, a capacidade e os valores da nossa terra.

A continuidade de Vítor Severino na equipa técnica do treinador Luís Castro, agora num contexto competitivo de elevada exigência como o futebol brasileiro, evidencia o reconhecimento do seu profissionalismo e da sua qualidade técnica, afirmando-o como uma referência no panorama do treino desportivo.

Assim, propomos que se delibere expressar a Vítor Severino um Voto de Louvor, como forma de reconhecimento público pelo percurso, pelo contributo para a valorização do nome de Ferrel e pelo exemplo inspirador que representa para os jovens da freguesia e do concelho.

Que este voto seja devidamente registado em ata e comunicado ao homenageado, como testemunho do apreço, do orgulho e da estima da Freguesia de Ferrel.»

Ana Batalha (PS):

Disse que:

O Grupo do Partido Socialista saúda e reconhece publicamente a iniciativa que nasceu a partir da sociedade civil de dois conterrâneos, os Professores Francisco Domingos e Joaquim Raul Farto, ambos com um profundo sentido cívico e de preservação da memória que propuseram a criação de uma comissão para o desenvolvimento de um memorial dedicado aos pescadores náufragos de Peniche. Esta iniciativa, que culminou na criação da recente comissão pró memorial do Naufrágio da Traineira “Benito” e a todos os pescadores náufragos de Peniche, é um exemplo de cidadania ativa e de amor pela nossa terra.

O Grupo do Partido Socialista saúda igualmente a Câmara Municipal pela sensibilidade e celeridade com que acolheu e aprovou a proposta demonstrando o seu empenho em honrar o passado e também valorizar a memória dos nossos pescadores.

Peniche é uma terra com uma longa história ligada desde sempre ao mar, palco histórico de inúmeros acidentes marítimos que moldaram a nossa identidade, uma identidade que está intrinsecamente ligada à coragem e ao sacrifício dos nossos pescadores, esta longa história de naufrágios exige, por isso, um memorial que recorde, por um lado, as vidas perdidas e, por outro lado, celebre a resiliência da nossa comunidade piscatória.

O Partido Socialista manifesta, assim, o seu total apoio à recém-criada comissão pró memorial e a todos o que se dedicam a este projeto. Que este memorial se concretize rapidamente servindo como um local de homenagem e um símbolo da nossa gratidão para com todos os que perderam a vida no mar, garantindo que a sua memória jamais será esquecida.

Paulo Balau (PSD):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de pesar:

«É com consternação que apresento este voto de pesar pelo falecimento, no dia de hoje, do cidadão Fernando Rodrigues Façanha, de 64 anos de idade.

Façanha, como era conhecido, era um elemento do quadro dos Bombeiros Voluntários de Peniche há vários anos a esta parte como bombeiro especialista.

Que o seu exemplo de serviço voluntário e desinteressado em prol da nossa comunidade sirva de exemplo aos demais cidadãos do desenvolvimento da causa pública.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche ficou mais pobre, mas principalmente os seus entes queridos ficaram privados da sua companhia, que encontrem conforto nesta hora nos feitos que teve em vida.

O Façanha era uma boa pessoa.

Que a Assembleia Municipal envie aos familiares um voto de pesar do Município.»

Solicitou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que se guardasse um minuto de silêncio em sua memória.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):

Apresentou, verbalmente, um voto de congratulação pela criação da comissão pró memorial dos naufragos da Traineira “Benito” e a todos os naufragos pescadores de Peniche.

Sabendo que Peniche tem sido palco de diversos naufrágios, diversas situações de sofrimento de vidas e famílias desfeitas e a Freguesia de Peniche não queria deixar de apresentar este voto de congratulação pela rapidez com que a Câmara Municipal teve em atenção este desejo da freguesia que, desde 2018, o tem explanado nas Grandes Opções do Plano.

Deixou também, não apenas como Presidente da Freguesia de Peniche, mas como neta de um naufrago, os parabéns à Câmara Municipal pela celeridade e pela memória que tem pelos nossos pescadores, famílias e pelo nosso mar.

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):

Disse que, de facto, é de louvar a homenagem que está a ser prestada às pessoas que perderam a vida.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Associou-se às felicitações apresentadas.

Apresentou, em nome do Grupo da Coligação Democrata Unitária, os seguintes votos de felicitação:

- Na Área da Cultura, aos Némanus, pelo grande concerto que proporcionou no MEO Arena perante mais de 10.000 pessoas.

- Ao senhor Francisco Santos, treinador de Ténis de Mesa, que alcançou a medalha de ouro nos jogos Bolivarianos, no continente americano.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Joaquim Farto (PS):

Saudou a forma como a nova equipa autárquica entrou no exercício das suas funções, com uma certa dinâmica, com uma capacidade de decisão e isto, naturalmente, transmite a todos os cidadãos uma certa esperança de que as coisas não vão ficar em regime demasiado lento.

Saudou igualmente o facto de o senhor Presidente chamar a si as responsabilidades das questões relacionadas com as dinâmicas da Educação e, inclusivamente, a designar para o seu gabinete uma docente que adicionando ao departamento da Educação, já devidamente estruturado, é, de facto, revelador da importância que o senhor Presidente e o Executivo, de uma forma geral, pretende continuar a dar à Educação e há muito a fazer nesta área.

Adiantou que se deram alguns passos, mas é importante continuar-se a construir sobre aquilo que está edificado.

Acrescentou que há uma Carta Educativa que é um instrumento estratégico fundamental na nossa comunidade, mas há uma outra coisa que é mais importante que é não esquecer que temos uma Carta Educativa e que o tecido urbano e a própria sociedade também têm flutuações, daí a necessidade premente e urgente de haver monitorização dessa mesma Carta Educativa, pois é importante que se mantenha uma atenção e pressão sobre o projeto existente para os equipamentos e para a educação em geral. Congratulou-se pelo facto de o senhor Presidente estar a dar essa atenção.

Disse que a educação não se esgota naquilo que habitualmente se vê, as competências, pois fala-se muito de competências da autarquia, mas vai muito mais além, e por vezes aquilo que se verifica no nosso território, não diria anarquia, mas não faz sentido numa escola, por exemplo, funcionar em regime trimestral e outras escolas funcionarem em regime semestral, quando todos estão envolvidos no mesmo território e isto é importante. Assim como, se pode respeitar todos os projetos educativos de cada uma das escolas, em cada território, Atouguia da Baleia, D. Luís de Ataíde, EB 1,2,3 e a Secundária e outra coisa é ter um projeto educativo global de território, saber onde estão e para onde vão.

Em relação à Rua 13 de Infância, tem conhecimento de que existia um ou dois projetos. Questionou se iria existir um terceiro projeto.

Recorda-se de haver um silo naquele espaço. Perguntou se o mesmo tem algum valor de natureza arqueológico ou histórico e o que se pretende fazer.

Solicitou que fosse disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal as competências dos senhores Vereadores.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu, em primeiro lugar, as palavras simpáticas do senhor Deputado Joaquim Farto.

Relativamente aos projetos para a Rua 13 de Infância, esclareceu que existe um

projeto conhecido, não estando, contudo, garantido, no momento, o respetivo financiamento para a sua execução. Referiu que a intenção foi proceder a uma intervenção de caráter minimalista, centrada na reabilitação do espaço, nomeadamente através da pintura das fachadas das antigas cadeias e da compactação do piso, não sendo necessário, para o efeito, recorrer a pareceres da entidade Património Cultural. Acrescentou que, oportunamente, o projeto será novamente analisado, partilhado com a Assembleia Municipal e, inclusivamente, submetido a discussão pública, com vista à recolha de contributos por parte da comunidade. Indicou ainda que existe um projeto de reabilitação e requalificação daquele espaço. Confirmou igualmente a existência de um silo que não dispunha da devida vedação, colocando em causa a segurança de pessoas e bens, bem como o risco de cedência do pavimento, razão pela qual foi colocada areia, em conformidade com os procedimentos arqueológicos em vigor, tendo essa intervenção sido acompanhada por arqueólogos.

Referiu que, em princípio, o projeto, o propósito e a ideia inicial para aquele local se encontram fortemente vocacionados para a valorização do artesanato e do património locais. Reforçou tratar-se de um espaço com elevado valor histórico, recordando que, em determinado momento, existiu um projeto relacionado com a criação de um Centro de Ciência Viva, ou seja, um centro interpretativo, o qual não chegou a concretizar-se por falta de financiamento. Informou ainda que se encontra em curso um processo relativamente avançado, em articulação com a ADEPE – Associação de Desenvolvimento de Peniche, com vista à requalificação do antigo restaurante da Nau dos Corvos, devolvendo o Miradouro à comunidade através da criação de um Centro Interpretativo para a Literacia dos Oceanos, aberto a toda a comunidade e com uma cafetaria de apoio. Nesse contexto, considerou não fazer sentido a proliferação de centros interpretativos ou de Centros de Ciência Viva.

Relativamente à pertinente questão colocada sobre os Pelouros, solicitou aos serviços que remetessem a informação ao Senhor Presidente da Mesa, para que este a fizesse chegar a todos os membros da Assembleia Municipal. Acrescentou, ainda, que a distribuição de Pelouros se encontra disponível no sítio da Internet do Município.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Informou que esteve, esta semana, na Avenida do Porto de Pesca e foi-lhe colocado um assunto que desconhecia, ao que parece, a Câmara Municipal pensa proceder a uma alteração na recolha do lixo. Disse ter ouvido uma versão, mas gostaria de ouvir a versão da Câmara Municipal, acima de tudo, porque ficou com a ideia de que, no final da noite, as pessoas teriam de transportar o lixo para a zona da Prageira.

Perguntou se, face à acentuada degradação do piso do IP6, já foi realizada alguma reunião com as Infraestruturas de Portugal.

Sobre a saúde, questionou se existe alguma informação sobre mais médicos e mais enfermeiros para este Concelho.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu as questões colocadas.

Relativamente à primeira questão, considerou que terá ocorrido um lapso, uma vez que se trata da Avenida do Mar e não da Avenida do Porto de Pesca, sendo nesta via que se verifica a alteração da metodologia de recolha. Esclareceu ainda que o local de centralização para a deposição dos resíduos não se situa na Prageira, mas sim no Forte

das Cabanas. Explicou que a Avenida do Mar apresenta uma situação relacionada com a recolha de resíduos que constitui motivo de preocupação generalizada, tratando-se de uma realidade complexa, dado que, no final do período de funcionamento, os estabelecimentos de restauração colocam os resíduos à porta, sendo a recolha efetuada pela viatura entre as 22h30 e as 23h30. Referiu que esta situação se arrasta do passado, tendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tido, inclusive, responsabilidades nesta matéria. Recordou ainda que, enquanto Vereador da Câmara Municipal, sem Pelouros atribuídos e sem responsabilidades executivas, colocou reiteradamente esta questão, por considerar que seria possível encontrar uma solução. Sublinhou que as melhores soluções apenas se alcançam através do trabalho conjunto e informou que, em articulação com os restaurantes da Avenida do Mar, foi desenvolvido um esforço no sentido de identificar um local adequado para a deposição e centralização dos resíduos, de forma a garantir que as ruas, em particular a Avenida do Mar, enquanto zona turística por excelência da cidade, reúnam condições adequadas de dignidade e limpeza. Informou que foram realizadas reuniões com todos os restaurantes da Avenida do Mar, nas quais estiveram igualmente presentes a Chefe da Divisão de Ambiente e o respetivo Encarregado, a quem dirigiu um agradecimento. Esclareceu que essas reuniões decorreram nos próprios estabelecimentos e que, nesse âmbito, foram apresentadas diversas soluções. Deu ainda conta de que, no Forte das Cabanas, se encontra a ser preparada, pelos serviços municipais, uma zona devidamente dissimulada, dotada de uma estrutura que permita tornar discreto o ponto de centralização para a deposição e recolha de resíduos, a qual passará a estar operacional a partir do dia 2 de janeiro de 2026. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei por ter colocado a questão, bem como a atitude exemplar dos proprietários dos restaurantes, que aceitaram as soluções propostas, se mobilizaram e manifestaram satisfação por ver resolvido um problema que se arrastava há décadas e que, finalmente, conhece uma solução.

Relativamente à degradação do piso do IP6, informou que, na segunda semana de novembro, reuniu com o responsável das Infraestruturas de Portugal, tendo sido abordados diversos assuntos, nomeadamente a deservagem, a qual tem sido efetuada com uma periodicidade excessivamente espaçada, contribuindo para que o IP6 não se encontre devidamente dignificado, em particular nos períodos de maior afluência ao concelho. Referiu ainda que foi igualmente abordada a questão das bermas não se encontrarem devidamente desobstruídas, tendo, inclusive, tido oportunidade de articular com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que o alertou para essa situação. Acrescentou que foi também discutida a necessidade de repavimentação do IP6, existindo diversos troços a carecer de intervenção. Informou, por fim, que ficou agendada a realização de uma nova reunião em janeiro de 2026, na qual será apresentado um cronograma das intervenções previstas no IP6, no que respeita à repavimentação.

Relativamente à questão do hospital e dos cuidados de saúde primários, informou que, no dia 16 de dezembro, manteve uma conversa telefónica com a Senhora Dra. Elsa Baião, responsável pela Unidade Local de Saúde (ULS), durante a qual manifestou profunda preocupação com a situação do Hospital de Peniche, classificando-a como um assunto de elevada gravidade. Referiu considerar que o hospital nunca esteve tanto tempo inoperacional, nem tantos dias encerrado como se verifica atualmente, tratando-se de uma circunstância absolutamente inaceitável e insustentável. Manifestou,

de princípio, disponibilidade para apresentar, em conjunto com a Unidade Local de Saúde, um pacote devidamente divulgado, criando condições de atratividade, à semelhança daquilo que outros concelhos fazem relativamente aos cuidados de saúde primários, designadamente nos Centros de Saúde e na captação de médicos de família, criando um conjunto de medidas, designadamente, um suplemento financeiro que torne mais atrativo aos médicos tarefeiros poderem estar no nosso hospital e, também, do ponto de visto do alojamento a disponibilização de habitação para os médicos.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu as respostas e a forma clara como as colocou.

Agradeceu igualmente a clarificação relativamente à recolha de resíduos.

Relativamente ao IP6 e para além da colocação do piso que é atualmente uma questão estruturante para quem circula naquela via, referiu que existem duas questões fundamentais:

1 - Uma proposta que foi apresentada pelas Freguesias de Atouguia da Baleia e de Serra d'El-Rei relativamente ao separador central que é fundamental em termos de segurança rodoviária, e que não obtiveram ainda resposta.

2 - Ainda em termos de segurança rodoviária, é a saída do IP6 quando se entra na Serra d'El-Rei, portanto, aquela saída é muito perigosa e não há necessidade de ela estar assim, até porque há uma zona do IP6 que permite resolver o problema.

Sobre a questão do hospital, expressou que classifica, hoje, o Hospital de Peniche como o pior hospital da Região Oeste e esta é uma questão deve levar a pensar. Disse, ainda, que gostaria que o senhor Presidente fizesse a senhora Ministra da Saúde ou o Secretário de Estado da tutela vir ao nosso concelho para ver, in loco, o que se passa no Hospital de Peniche.

Bruno Cruz (PSD):

Conforme já referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, afirmou que a gestão dos resíduos urbanos deve, efetivamente, ser mais localizada e pressupõe um alinhamento com todos os representantes dos estabelecimentos de restauração. Questionou sobre a existência de um plano a nível concelhio, considerando ser notório o congestionamento de alguns contentores de resíduos, situação que configura uma questão crítica de saúde pública e afeta a imagem e a atratividade da cidade. Ressalvou ainda que, embora a limpeza no concelho seja uma competência da Câmara Municipal, garantindo-se que a recolha é efetuada de forma adequada, a manutenção da limpeza é igualmente uma responsabilidade partilhada por todos, devendo ser evitada a deposição indevida de resíduos na via pública.

Cristina Pereira (PSD):

Disse que a governação local exige proximidade, escuta ativa e capacidade de melhorar continuamente, e é neste espírito que traz um tema importante e de interesse à população, o alcatroamento. Perguntou o que está previsto fazer-se em relação a este tema, uma vez que o anterior executivo deixou as nossas estradas num estado crítico.

Adriana Delgado (PSD):

Em relação à decisão de apontar a Nau dos Corvos como localização para o novo projeto da ADEPE, que há muito requer de manutenção, gostaria de saber em que ponto de situação se encontra o processo e quais os próximos passos.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Relativamente à recolha de resíduos, afirmou que se trata de um problema cuja resolução depende, essencialmente, da colaboração de todos. Agradeceu aos técnicos municipais da Área da Comunicação - Vítor Glória, Salomé Sousinha e Cristina Mamede - que se encontram a preparar uma campanha de sensibilização, a lançar no início do ano, intitulada "Terra limpa, orgulho de todos". Explicou que esta campanha terá como objetivo demonstrar de forma clara as consequências da deposição inadequada de resíduos, alertando para o facto de que os munícipes poderão evitar coimas até ao montante de mil oitocentos e quarenta euros (1.840,00 €). Em jeito de antevisão, referiu que esta é uma preocupação do Executivo e que a campanha irá, efetivamente, avançar, sublinhando a importância de sensibilizar a população para a necessidade de colaboração de todos na resolução deste problema.

Relativamente às intervenções ao nível do alcatrão, indicou que se encontra identificado um conjunto de arruamentos considerados absolutamente prioritários, designadamente a Avenida 25 de Abril, a Rua de São Marcos, a Avenida da Praia, no Baleal, a Rua Mendo Fróis Osório, nos Casais de Mestre Mendo, a Avenida do Mar, a zona de estacionamento na Consolação, junto à Aquaviva, a Rua do Picadeiro e a Avenida 25 de Abril, em Reinaldes. Reconheceu, contudo, que existem outros arruamentos a carecer de intervenção, salientando que, infelizmente, muitos atingiram um estado tal que exigiria, quase, a repavimentação integral do concelho. Referiu que o grande desafio consiste em definir prioridades, identificar situações de risco e de perigosidade do ponto de vista da circulação rodoviária e, em função dessas prioridades, proceder às respetivas intervenções.

Relativamente à Nau dos Corvos, referiu que o dia de hoje constituiu um momento particularmente feliz para o concelho, assinalado pela presença do Senhor Secretário de Estado das Pescas e do Mar, no âmbito da comemoração do trigésimo aniversário da ADEPE. No decorrer desta cerimónia, foi ainda possível proceder à assinatura de um protocolo, aprovado por unanimidade na última reunião de Câmara. Aproveitou a ocasião para agradecer aos membros da Câmara Municipal que viabilizaram esta proposta, permitindo que a ADEPE, beneficiando de um pacote financeiro no montante de seiscentos e cinquenta mil euros, através do GAL Costeiro - entidade responsável pela gestão dos fundos do Mar 20-30 na zona costeira do Oeste, possa alocar esse financiamento a um projeto considerado absolutamente transformador para o território, nomeadamente no domínio da literacia dos oceanos. Referiu tratar-se de um espaço vocacionado para visitas escolares, aberto a todos os munícipes e a todos os que apreciam o pôr do sol, constituindo, no seu entendimento, um espaço de excelência para contemplação, devolvendo a cobertura à comunidade e criando simultaneamente esta valência. Acrescentou que uma das condições fundamentais do projeto é a sua abertura a todas as pessoas, integrando uma cafetaria de apoio, de modo a permitir que todos possam usufruir de um espaço idílico. Explicou ainda que a Câmara Municipal, no mandato anterior, desenvolveu dois projetos para a requalificação daquele espaço, sendo um deles de carácter minimalista, mantendo a área de implantação existente e prevendo a utilização de materiais resistentes. Esclareceu que o processo está a ser conduzido pela ADEPE e este projeto será cedido pela Câmara Municipal permitindo que esta adapte o projeto de arquitetura e redefina o conteúdo funcional do edifício, de forma

a torná-lo compatível com a criação de um Centro Interpretativo para a Literacia dos Oceanos, contribuindo assim para a valorização deste património único e natural: o mar.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa informou que, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal, deve ser acautelado o prévio consentimento para a captação e difusão de filmagens, pelo que se considera autorizada.

De seguida deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

MÁRCIA:

Na qualidade de Encarregada de Educação de uma aluna que frequenta a Escola Básica de Ferrel, referiu que a sua presença na sessão da Assembleia Municipal se deveu ao facto de considerar, tal como outros pais, que a Escola Básica de Ferrel não reúne as condições de segurança adequadas para as crianças. Esclareceu que não pretende atribuir responsabilidades individuais, tendo como objetivo contribuir para a identificação de soluções e dar a conhecer ao Senhor Presidente da Câmara a realidade das escolas, quer de Ferrel, quer de Atouguia da Baleia, defendendo que deve ser atribuída maior centralidade à aprendizagem das crianças. Desafiou ainda o Senhor Presidente da Câmara a deslocar-se à Escola Básica de Ferrel e a dialogar com os pais, por considerar que estes devem ter uma participação ativa na vida do município.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu as questões colocadas e manifestou grande orgulho no serviço prestado nas escolas públicas, destacando o empenho dos funcionários e dos assistentes operacionais que, apesar da escassez de recursos, conseguem assegurar um trabalho de grande dedicação. Referiu tratar-se de uma área particularmente sensível, reconhecendo existir, de forma objetiva, falta de pessoal, em resultado de situações de incapacidade temporária, o que acaba por sobrecarregar os trabalhadores em funções. Aproveitando as palavras do Senhor Deputado Joaquim Farto, quando saudou a existência, no Gabinete de Apoio à Presidência, de um Adjunto para a Área da Educação, a Professora Susana Sousinha, agradeceu o esforço que esta tem desenvolvido numa lógica de proximidade e com grande empatia, no sentido de compreender os problemas das escolas. Deu ainda conta de que, na primeira semana de mandato, visitou todas as salas de aula do 1.º ciclo, o que considerou um privilégio, manifestando total disponibilidade para receber o documento apresentado pela Senhora Márcia, bem como para reunir com os pais e encarregados de educação em Ferrel, com vista a conhecer as suas preocupações, expectativas e, em conjunto, procurar as melhores soluções possíveis. Acrescentou que, à partida, são necessárias soluções disruptivas e arrojadas, reconhecendo, contudo, as limitações existentes que poderão dificultar a sua concretização imediata. Sublinhou que não se devem desviar do objetivo, devendo seguir um caminho marcado pela ambição e audácia, sem deixar de resolver, no imediato, os problemas existentes com os meios disponíveis.

LUÍS RIBEIRO:

Referiu que tem em seu poder um abaixo-assinado que gostaria de entregar ao senhor Presidente de Câmara e uma exposição para entregar a todos os membros da Assembleia Municipal.

Disse que a sua intervenção tem que ver com a possibilidade de ser instalada uma antena de telecomunicações na aldeia de São Bernardino.

Leu o documento que aqui se dá por reproduzido:

«Ex. Mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e demais membros

Ex. Mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Presidente de Junta de Freguesia e todos os presentes.

Falo hoje em representação de alguns residentes de São Bernardino preocupados que decidiram comigo fazer uma exposição e um abaixo-assinado que venho entregar.

Falamos como moradores, como famílias, como pessoas que vivem e trabalham e envelhecem na aldeia junto ao mar.

Estamos aqui para expressar a nossa profunda preocupação e oposição à instalação de uma antena transmissora de telecomunicações no campo de futebol da União Desportiva e Cultural de São Bernardino, localizado no centro da aldeia.

1 – São Bernardino não é apenas um ponto no mapa, São Bernardino é uma aldeia viva, é feita de casas, de pessoas, de histórias, de laços humanos. O campo de futebol não é apenas um terreno, é um espaço de encontro, é onde as crianças brincam, onde os jovens convivem, onde a comunidade se reúne. Colocar uma antena neste local é transformar um espaço de vida num foco de permanente inquietação. Atenção, este grupo de cidadãos nada tem contra a União Desportiva e Cultural de São Bernardino, achamos o nosso clube muito importante para a nossa comunidade, mas a decisão que tiveram de colocar esta antena não vai de acordo com um grupo de aldeões que é completamente contra.

2 – O impacto visual e paisagístico que essa antena terá na nossa aldeia. Colocar uma estrutura de quarenta ou cinquenta metros de altura numa aldeia que tem o mar e uma vista privilegiada desvirtua completamente aquilo que nós achamos ser a paisagem de uma aldeia pequena como a de São Bernardino, uma estrutura daquelas invalida completamente a nossa paisagem.

3 – O impacto económico, porque, pessoalmente, mora junto ao campo da bola e as casas, segundo estudos, juntos dessas antenas desvalorizam até 10%. Nenhum de nós gostaria de ver o nosso património ser desvalorizado em 10%.

4 – A saúde física que é um grande problema, porque não há estudo nenhum que comprove que as antenas provocam doenças, mas também não há estudo nenhum que diga o contrário e isso é criar dúvida e criando a dúvida, o que nós pedimos é que, se não temos certezas de nada, devemos ser preventivos, cautelosos e não devemos instalar uma antena dentro de uma localidade.

5 – A saúde mental que faz parte da saúde pública e acreditem que já há pessoas que já estão transtornadas, nós temos pessoas, doentes oncológicos, que vieram em pânico falar connosco e vocês acreditem dói ver pessoas assim.

Acho que o dinheiro não justifica tudo, nós percebemos a atitude do clube em ter mais uma fonte de rendimento, mas nós não aceitamos a antena dentro da localidade, por isso viemos pedir a este fórum que nos ajudem e que não autorizem a instalação da antena dentro da localidade.

A Junta de Freguesia, provavelmente nos próximos tempos terá de fazer obras no cemitério, ponham a antena junto ao cemitério, não incomoda ninguém, se tiverem de dar o dinheiro da renda da MEO ao clube que deem, mas pedimos encarecidamente que não ponham a

antena dentro da nossa localidade.»

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu a questão colocada, esclarecendo, contudo, que desconhece o assunto em apreço. Referiu que uma operação desta natureza, designadamente a instalação de uma antena de transmissão, carece quer de autorização da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), quer do licenciamento da respetiva operação urbanística por parte da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que é respeitada a autonomia de todas as associações e instituições do concelho, as quais, legitimamente, através dos seus órgãos próprios, nomeadamente em sede de assembleias gerais, tomam as decisões que entendem adequadas no âmbito das suas competências. Registou a preocupação manifestada, tendo-a partilhado com a Senhora Vereadora Cristina Leitão, detentora do Pelouro da Gestão Urbanística, e assegurou que, caso venha a existir – situação sobre a qual afirmou não dispor, de momento, de qualquer informação – um pedido de licenciamento da operação urbanística para a instalação de uma antena de transmissão, e na eventualidade de a Câmara Municipal ser chamada a pronunciar-se, será garantido, na sequência da exposição efetuada, o envolvimento das pessoas que subscreveram o referido documento, previamente à tomada de qualquer decisão, por forma a que esta seja a mais ponderada e adequada possível. Clarificou, por fim, que não dispõe, objetivamente, de qualquer informação relativa a esta matéria e que, caso a questão venha a ser colocada no futuro, entrará em contacto com o Senhor Luís Ribeiro.

ROMÃO JOSÉ:

Agradeceu a forma como este executivo entrou no novo mandato autárquico e desejou que fosse por muitos e bons anos.

Relativamente ao lixo, referiu que as Câmaras Municipais são muitas vezes acusadas, mas o civismo das pessoas também é muito importante. Referiu que na Rua Jangada de Pedra parece uma lixeira, vê colocarem colchões, camas, móveis de cozinha, etc. Perguntou se não existe uma maneira de multar as pessoas.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu a questão colocada, salientando que a Câmara Municipal tem, naturalmente, de cumprir o seu papel, o que tem vindo a ser feito através da alteração de alguns modelos de recolha de resíduos. Referiu que essas alterações terão início na Avenida do Mar e que, de forma progressiva, serão revistas metodologias e práticas adotadas no passado, sublinhando que não é possível obter resultados diferentes recorrendo às mesmas soluções, sendo, por isso, necessário alterar os procedimentos. Destacou, contudo, que a colaboração da população é indispensável para o sucesso destas medidas. Recordou a campanha “Poupe até 1.840,00 €”, correspondente ao valor máximo da coima aplicável, a qual será lançada brevemente, enfatizando a importância da identificação dos infratores. Informou ainda que, no dia nove de dezembro, reuniu com o Superintendente da Polícia de Segurança Pública, tendo sido abordados, entre outros assuntos, estes comportamentos de deposição indevida de resíduos por parte de cidadãos. Esclareceu que a Polícia de Segurança Pública pode proceder à identificação dos infratores, sendo posteriormente elaborado o respetivo auto, permitindo à Câmara Municipal atuar em conformidade. Concluiu referindo que se trata de uma informação

relevante que importa dar a conhecer.

SANDRA LOURO:

Declarou ser residente na Urbanização Ar e Praia, em Porto de Lobos, referindo que tem contactado, por diversas vezes, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, em virtude da existência de um terreno confinante com a sua habitação. Informou que tem igualmente contactado a Câmara Municipal, solicitando a notificação do proprietário do referido terreno, tendo-lhe sido transmitido que essa notificação ocorreu há cerca de três anos, sem que, contudo, tenha sido tomada qualquer medida subsequente. Referiu que é mãe de três filhos e que, no quintal da sua habitação, tem encontrado animais como cobras e sapos, acrescentando que os azulejos da garagem se soltaram em consequência da ausência de limpeza, dado que a situação origina a formação de um escoamento de água semelhante a um riacho. Sublinhou que, após três anos de insistência, com contactos telefónicos e envio de mensagens eletrónicas para a Câmara Municipal, acompanhadas de fotografias, a situação se mantém inalterada, impedindo que os seus filhos utilizem o espaço exterior em segurança. Reforçou, nesse contexto, que os proprietários têm o dever de assegurar a manutenção dos seus terrenos.

Explicou ainda que os tratores, oriundos dos terrenos, circulam pela urbanização, apesar de existir uma saída alternativa no sentido oposto, salientando que, em consequência dessa circulação, os vidros das janelas da sua habitação têm sido atingidos por projeções de lama e pedras. Acrescentou que já contactou o proprietário dos terrenos, o qual solicitou aos agricultores a limpeza da via pública, ação que, no entanto, apenas ocorreu uma vez. Por fim, referiu ter consultado a legislação aplicável, da qual resulta a obrigatoriedade de limpeza das rodas dos veículos à saída dos terrenos, questionando se existe enquadramento legal adicional que salvaguarde este tipo de situações.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Referiu que a situação exposta pela Senhora Sandra Louro é recorrente naquela urbanização, bem como noutras urbanizações do concelho, estando associada à falta de limpeza de diversos lotes não edificados, relativamente aos quais não existem mecanismos eficazes que permitam obrigar os proprietários à sua manutenção. Acrescentou que, no caso concreto da Senhora Sandra Louro, a situação é agravada pelo facto de existir, em frente à sua habitação, uma charca resultante da remoção de terras para a construção de um lote, tendo sido executadas as fundações sem que a edificação se tenha concretizado, originando a acumulação de água.

No que respeita à circulação de tratores, esclareceu que o problema não se limita àquela urbanização, sendo situações semelhantes verificadas, inclusivamente, em vias municipais, onde os tratores, ao saírem das explorações agrícolas, deixam grandes quantidades de lama na via pública, criando, por vezes, condições de perigo para os utilizadores da estrada.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Luís Ribeiro, informou que foi contactado pela empresa MEO quanto à necessidade de instalação de uma antena de telecomunicações na localidade de São Bernardino. Acrescentou que a empresa indicou, na altura, o campo de futebol de São Bernardino como a solução e localização mais adequadas, tendo, nesse seguimento, contactado o Presidente da União Desportiva e

Cultural de São Bernardino, com vista a solicitar autorização para facultar o respetivo contacto à MEO. Esclareceu, contudo, que desconhece os desenvolvimentos posteriores do processo. Referiu ainda que, aquando do contacto por parte da MEO, tentou dissuadir a empresa dessa opção, reconhecendo, no entanto, que esta não é uma situação isolada e que a problemática em causa é, de facto, motivo de preocupação.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu as questões colocadas pela Senhora Sandra Louro e esclareceu que não dispõe, no seu correio eletrónico, de qualquer referência ao caso em apreço. Solicitou, contudo, que a Senhora Sandra Louro lhe enviasse um email, de forma a que, na próxima semana, possa entrar em contacto e deslocar-se ao local, com o objetivo de verificar, de forma concreta, se a situação é da responsabilidade de um particular e apurar se já foi efetuada a respetiva notificação para a adoção das medidas necessárias. Caso tal notificação não tenha ocorrido, esclareceu que a mesma terá de ser efetuada, fixando-se um prazo para o cumprimento, e, na eventualidade de o proprietário não proceder em conformidade, a intervenção será assegurada pela Câmara Municipal, com posterior cobrança dos respetivos custos.

Relativamente à questão da circulação de tratores e da deposição de lamas na via pública, informou que o Código da Estrada, no seu artigo 24.º, estabelece a proibição de comportamentos que resultem na colocação de obstáculos na via, sendo as lamas consideradas como tal, por colocarem em causa a segurança dos utilizadores da estrada. Referiu que esta problemática comporta duas vertentes de intervenção. A primeira passa pela sensibilização, informando que o Senhor Vereador Paulo Vitorino, detentor do Pelouro da Agricultura, tem agendada uma conferência para o dia 13 de janeiro, com a participação de todos os agricultores, destinada à abordagem de diversos temas, incluindo, naturalmente, esta matéria. Manifestou a convicção de que, através da explicação e consciencialização para a importância de evitar este tipo de comportamentos, será possível reduzir a necessidade de aplicação de coimas. Reiterou, contudo, que, do ponto de vista legal, esta situação configura uma infração ao abrigo do Código da Estrada, sendo a sua fiscalização da competência da Guarda Nacional Republicana (GNR). Acrescentou que o Presidente da Câmara poderá, ainda assim, sensibilizar a GNR para uma atuação mais vigilante e interventiva relativamente a este tipo de ocorrências, dada a sua recorrência.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Manifestou a sua disponibilidade e interesse em estar presente na eventual visita ao local.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia será sempre muito bem-vindo, pelo que, logo que a visita seja agendada, o convidará para estar presente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira:

Deu conhecimento dos assuntos incluídos na Ordem do Dia, conforme o estipulado no n.º 4 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Solicitou aos membros da Assembleia Municipal que se procedesse à alteração da Ordem do Dia, uma vez que o Regimento da Assembleia Municipal prevê que o primeiro ponto a apreciar seja a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. Por este motivo, propôs que o ponto cinco da ordem de trabalhos fosse o ponto um e que o ponto um passe a ser o ponto quatro.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que, no seu entendimento, os pontos quatro e cinco da Ordem do Dia deveriam ser apreciados de forma imediata, designadamente a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal e os pedidos de esclarecimento dos Presidentes de Junta de Freguesia.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Referiu que iria colocar a mesma questão, acrescentando que não faz sentido que a intervenção dos Presidentes de Junta de Freguesia se encontre isolada na Ordem do Dia.

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):

Agradeceu as considerações apresentadas, informando que iriam proceder à alteração da Ordem do Dia, passando o ponto um a corresponder à apresentação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, bem como sobre a respetiva situação financeira, e o ponto dois à apresentação dos pedidos de esclarecimento por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia.

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que a Junta de Freguesia continua a remeter, de forma adequada, à Câmara Municipal informação relativa a um número significativo de lâmpadas LED fundidas. Indicou, contudo, que a resposta prestada não tem correspondido ao nível de qualidade desejável, verificando-se atrasos significativos, o que se torna particularmente

penoso para os munícipes que enfrentam situações de lâmpadas a piscar durante toda a noite. Considerou ser necessário encontrar uma solução que permita uma resposta mais eficaz e célere sempre que as Juntas de Freguesia sinalizem este tipo de ocorrências. Informou ainda que a Junta de Freguesia comunicou várias situações semelhantes em diversos arruamentos, encontrando-se a respetiva resposta bastante atrasada.

Relativamente às pavimentações, manifestou preocupação pelo facto de ter ouvido referências a várias localidades, não tendo sido mencionada a Serra d'El-Rei, expressando a expectativa de que esta Câmara Municipal não adote a mesma prática de anteriores executivos, que alegavam que, por a Serra d'El-Rei ter sido alcatroada há cerca de oito anos, não deveria sê-lo novamente nos oito anos seguintes, defendendo a necessidade de um equilíbrio territorial. Referiu que a via em pior estado é a estrada que liga a Serra d'El-Rei a Ferrel, salientando que, na semana anterior, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento realizaram mais uma intervenção nesse troço.

Reconhecendo que não existem recursos financeiros para intervir em todas as vias no primeiro, segundo ou terceiro ano, considerou que poderia ser adotada uma solução alternativa que contribuísse para melhorar a circulação rodoviária, nomeadamente a pintura dos eixos das vias. Sublinhou que, em determinados arruamentos e estradas, a condução noturna é particularmente difícil, defendendo que a marcação dos eixos viários facilita a circulação e aumenta a segurança rodoviária.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Confessou que a questão da iluminação pública é um tema que o preocupa de forma particular, sobretudo face à incapacidade de resposta por parte da E-Redes. Esclareceu que a responsabilidade pela substituição de luminárias e pelas reparações cabe à E-Redes e a outra entidade concessionária, no âmbito do respetivo contrato de concessão, sendo estas empresas as responsáveis pela resolução das ocorrências.

Deu conta de que esteve, juntamente com o Senhor Vereador Paulo Vitorino, numa reunião com os responsáveis regionais da E-Redes e com representantes das autarquias, ocasião em que foi manifestado desagrado face à situação existente, uma vez que a E-Redes tem compromissos contratuais relativamente à resolução de situações de lâmpadas a piscar, bem como de falhas totais de iluminação. Referiu, a título de exemplo, a situação verificada na Rua do Brasil, junto ao Hospital e à saída do Centro de Saúde, onde não existia iluminação, salientando que a E-Redes tem o compromisso de resolver este tipo de ocorrências no prazo máximo de quatro horas, acrescentando que a questão foi igualmente colocada nos canais próprios.

Informou que o Município irá lançar, a partir do mês de janeiro, uma aplicação móvel (app) que incluirá a funcionalidade de reporte de situações relacionadas com a iluminação pública inoperacional, desligada ou intermitente. Explicou que se trata de uma aplicação simples, através da qual o munícipe poderá tirar uma fotografia, esta será georreferenciada, identificar o tipo de anomalia e submeter a ocorrência, sendo esta rececionada pelos serviços municipais e, quando da responsabilidade da E-Redes, reportada diretamente a essa entidade.

Relativamente à questão das estradas e à preocupação manifestada quanto à ausência de referência a vias da Serra d'El-Rei, esclareceu que, ao mencionar anteriormente um conjunto de estradas prioritárias, tem consciência de que algumas vias em estado muito degradado não se encontram incluídas nesse lote. Admitiu que, no que respeita à Serra d'El-Rei, poderá não se ter expressado de forma totalmente clara,

esclarecendo que a estrada dos Casais de Mestre Mendo serve aquela localidade e constitui uma das vias em pior estado no concelho, encontrando-se identificada como prioritária e devidamente acautelada.

No que respeita à sinalização horizontal das vias, informou que, na presente semana, foi aprovada a aquisição de tintas destinadas à execução dessas pinturas. Acrescentou que foi também recentemente abordada a situação da estrada que liga o Lugar da Estrada ao Casal Moinho, a qual carece igualmente dessa intervenção. Concluiu agradecendo a sugestão apresentada, assegurando que a mesma será, naturalmente, tida em consideração.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que o presente ano tem sido atípico no que respeita às condições meteorológicas, designadamente ao nível da precipitação, manifestando preocupação quanto ao estado das marcações das passadeiras, no âmbito da segurança rodoviária. Sugeriu que, caso a Câmara Municipal não disponha de capacidade para proceder a essas intervenções, seja equacionada a possibilidade de disponibilizar tinta às Juntas de Freguesia, de forma que estas possam executar os trabalhos necessários e contribuir para garantir condições adequadas de segurança na travessia pedonal.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Registou com agrado o espírito colaborativo expressando a convicção de que esta será uma tónica dominante ao longo do presente mandato. Informou que a Senhora Vereadora com o Pelouro das Freguesias registou e, naturalmente, aguardam a sinalização por parte do Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei relativamente às passadeiras daquela localidade que carecem de intervenção, para as quais a Junta de Freguesia manifestou disponibilidade para colaborar.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):

Agradeceu a apresentação da relação dos asfaltamentos, referindo que, em fevereiro de 2018, havia remetido à Câmara Municipal uma listagem de vias a intervir, verificando que, em 2025, a situação se mantém inalterada. Destacou, em particular, a Rua de São Marcos, salientando que a última intervenção ao nível do alcatroamento ocorreu há anos, bem como a Avenida 25 de Abril, por se tratar de uma das principais entradas da cidade de Peniche.

Relativamente à desregulação do autocaravanismo, referiu tratar-se de uma situação amplamente conhecida, nomeadamente no que respeita ao estacionamento de autocaravanas nas arribas. Questionou quais as medidas que estão a ser equacionadas para regular o estacionamento de autocaravanas, não apenas no concelho de Peniche, mas também nas localidades de Atouguia da Baleia e Ferrel.

Por fim, referiu que, desde 2019, a Câmara Municipal deveria ter arrecadado receitas provenientes de multas de trânsito, questionando se existe a possibilidade de ser elaborado um estudo que permita apurar o valor das receitas não cobradas a este título.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Relativamente ao autocaravanismo, referiu que Peniche é um território que sabe acolher e receber, não devendo ser criado qualquer estigma relativamente aos autocaravanistas, sendo, contudo, necessário encontrar soluções que permitam a pernoita em condições de dignidade, sem colocar em causa a tranquilidade pública e a

salvaguarda do património coletivo. Informou que o Senhor André Cardoso, Secretário de Apoio à Vereação, se encontra a aprofundar, em articulação com os serviços municipais, um conjunto de soluções destinadas à criação de espaços adequados para a pernoita de autocaravanistas.

Acrescentou que existe ainda uma outra problemática associada ao autocaravanismo desregulado, relacionada com a aplicação de coimas e a perceção de impunidade por parte dos infratores, decorrente da falta de cobrança e do não agravamento das mesmas. Indicou que, a partir do momento em que as coimas passem a ser efetivamente cobradas e agravadas, os autocaravanistas compreenderão que existem regras a cumprir. Partilhou que teve oportunidade de reunir com responsáveis das forças de segurança a nível local, os quais manifestaram preocupação pelo facto de os agentes sentirem que os autos levantados não produzem efeitos práticos, uma vez que as multas não são agravadas e, em caso de não pagamento, não existem consequências. Assegurou que esta situação será corrigida.

Informou ainda que estão a ser desenvolvidas duas soluções alternativas, sendo uma delas na Rua do Picadeiro, onde está a ser estudada a expansão da área já existente, bem como a delimitação adequada do espaço. Referiu que o local dispõe já de infraestruturas de água e saneamento, estando igualmente prevista a sua dotação com energia elétrica, de forma a garantir todas as comodidades, podendo igualmente constituir uma fonte de receita. Acrescentou que, posteriormente, será definida, em articulação com as Juntas de Freguesia, uma forma de gestão destes espaços, sublinhando que o Executivo não pretende atuar de forma isolada, mas sim envolver ativamente as Juntas de Freguesia.

Referiu ainda que, após a definição e delimitação dos espaços e a elaboração dos respetivos projetos, estes serão apresentados aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com vista à sua validação e posterior implementação conjunta.

Relativamente à questão das receitas que não terão sido cobradas ao longo do tempo, reconheceu que, para efeitos estatísticos, essa análise poderá revestir algum interesse, compreendendo a questão colocada, mas sublinhou que o mais importante é olhar para o futuro e assegurar a resolução definitiva desta problemática a partir de agora.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Relativamente ao IP6, referiu que o piso necessita de uma substituição urgente, bem como as respetivas bermas. Acrescentou que a rotunda de Porto de Lobos deveria ser dignificada, por se tratar de um verdadeiro cartão de visita para quem entra no concelho, salientando ainda a preocupação com a quantidade de acidentes que ali ocorrem, considerando que poderá ser necessária uma reformulação da sinalização existente.

Referiu igualmente que deverá ser revista a questão da iluminação do IP6, no troço compreendido entre a rotunda de Porto de Lobos e Peniche, bem como efetuada a necessária limpeza, uma vez que existem zonas com acumulação de água e sujidade.

Relativamente à problemática do lixo e da deposição de monos junto aos contentores, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal reuniu com a Polícia de Segurança Pública, contudo, salientou que nas zonas rurais esta força de segurança não tem competência de atuação, considerando, por isso, que deveria também

ser promovida uma reunião com a Guarda Nacional Republicana, desconhecendo, ainda assim, se esta poderá atuar nestas situações.

Informou que a Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia teve lugar na semana anterior, onde foram colocadas diversas questões, designadamente:

- O ponto de situação relativo ao quartel da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia;

- A situação da Loja dos Valla, em Atouguia da Baleia;

- A forte preocupação manifestada pelos agricultores, em particular da freguesia de Atouguia da Baleia, relacionada com a limpeza das linhas de água.

Relativamente a este último ponto, referiu que a Barragem de São Domingos se encontra cheia, o que considera uma mais-valia, contudo, face à necessidade de proceder a descargas, os rios não apresentam capacidade de escoamento suficiente, causando graves prejuízos aos agricultores, uma vez que os terrenos se encontram completamente alagados e com grande dificuldade de drenagem. Indicou que lhe foi transmitido que a responsabilidade é de quem confina com as linhas de água, nomeadamente os rios, mas será que se justifica limpar se os que se encontram a jusante não limpam, o problema manter-se-á. Sublinhou tratar-se de uma situação de extrema urgência, tendo em conta a previsão de mais precipitação, alertando que, a manter-se o cenário atual, aqueles terrenos apenas permitirão a cultura de arroz.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Relativamente às Infraestruturas de Portugal, referiu que a rotunda foi igualmente um dos temas abordados, existindo predisposição por parte daquela entidade para a celebração de um protocolo com o Município de Peniche, com vista ao embelezamento daquele que considera ser um verdadeiro cartão de visita do concelho. Acrescentou tratar-se de uma questão prioritária, considerando que, do ponto de vista financeiro, não terá um impacto significativo, mas será verdadeiramente relevante para quem entra no concelho.

Quanto à iluminação, informou que a matéria foi igualmente tratada, nomeadamente na reunião realizada com a E-Redes, ocasião em que a questão foi colocada, tendo sido referido que o assunto deverá ser tratado junto das Infraestruturas de Portugal. Indicou que existe um conjunto de postes de iluminação completamente inoperacionais e que, por se encontrarem em série, a avaria de um compromete o funcionamento dos restantes, encontrando-se a situação devidamente sinalizada.

Relativamente à questão das multas e da deposição inadequada de monos e resíduos, esclareceu que, anteriormente, fez referência à Polícia de Segurança Pública, uma vez que a reunião realizada foi com o Superintendente daquela força policial. No entanto, informou que reuniu também com o Comando Local e com o Comando Distrital da Guarda Nacional Republicana, no dia 13 de novembro de 2025, não tendo, contudo, sido abordado este tema nessa reunião. Admitiu ainda desconhecer que tanto a Polícia de Segurança Pública como, eventualmente, a Guarda Nacional Republicana pudessem atuar e proceder à autuação em situações desta natureza.

Acrescentou que a reunião realizada no dia 13 de novembro de 2025 teve como principal propósito dar nota das diligências efetuadas relativamente ao novo quartel da Guarda Nacional Republicana. Informou ainda que, no dia 05 de novembro de 2025, esteve presente na Assembleia da República, onde abordou o assunto com um Deputado integrante de uma comissão relacionada com a Administração Interna, tendo-lhe sido

transmitido que este tipo de projetos não se encontra desagregado no Orçamento do Estado, estando incluído na Lei de Programação, cuja execução e respetiva previsão de investimento constam de uma listagem não pública da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Foi-lhe igualmente referido que este tipo de esclarecimentos deverá ser solicitado ao Senhor Secretário de Estado da Administração Interna. Nesse seguimento, adiantou que contactou telefonicamente o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, o qual ficou de prestar informações sobre o assunto. Posteriormente, enviou-lhe uma mensagem, na qual salientou que este tema é considerado prioritário para a Câmara Municipal. Informou que, no dia 14 de novembro de 2025, o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna respondeu, dando conta de que já havia solicitado a verificação do respetivo dossier e que, muito em breve, o Gabinete do Senhor Secretário de Estado teria a informação completa junto da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Entretanto, foi-lhe transmitido que se encontrava em fase de lançamento o projeto de execução, documento estratégico que antecede o início das obras. Por fim, referiu que, no dia anterior, recebeu nova mensagem do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, na qual foi manifestada disponibilidade para contacto direto, bem como para a realização de reunião sempre que necessário, tendo sido igualmente referido que seria importante verificar a maturidade do processo, de modo que uma eventual visita se revele oportuna e com sentido.

Vereadora Cristina Leitão (PSD):

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, informou que se encontra pré-agendada uma reunião com vista à visita à Loja dos Valla, uma vez que existe, efetivamente, verba inscrita em orçamento para proceder a uma intervenção naquele edifício. Referiu que a prioridade passa pela intervenção nos vãos de janelas e de portas, de forma a garantir a conservação do interior do imóvel. Acrescentou ter conhecimento da disponibilidade manifestada pela Junta de Freguesia para colaborar com a Câmara Municipal na concretização da intervenção, no mais curto espaço de tempo possível.

No que respeita à questão da limpeza dos rios, e apesar de já ter abordado o assunto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu que, desde 2005, existem responsabilidades diferenciadas nesta matéria. Explicou que ao Município compete a limpeza das linhas de água situadas em aglomerados urbanos, enquanto os proprietários confinantes com rios, ribeiras e linhas de água são responsáveis pela sua limpeza fora dos aglomerados urbanos, existindo ainda entidades com competências específicas em determinados locais, como é o caso da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Perante o enquadramento legal existente, informou que solicitou aos serviços municipais um levantamento das linhas de água e da rede hidrográfica, com o objetivo de apurar, em primeiro lugar, as respetivas responsabilidades e, subsequentemente, proceder à sua categorização, permitindo uma articulação eficaz entre as várias entidades envolvidas, de modo a prevenir a repetição destas situações. Acrescentou que os serviços municipais têm vindo a intervir pontualmente para resolver alguns problemas mais prementes, mas sublinhou que a limpeza dos rios deveria ter sido devidamente planeada e executada durante o período de verão, evitando assim os constrangimentos atualmente verificados no inverno.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Congratulou-se com a situação relativa ao quartel da Guarda Nacional Republicana, considerando que o processo se encontra bem encaminhado.

Referiu, contudo, que não lhe foi prestada resposta quanto à segurança da rotunda de Porto de Lobos, entendendo que esta matéria deverá ser objeto de abordagem junto das Infraestruturas de Portugal, atendendo à elevada sinistralidade que ali se verifica.

Relativamente à questão da limpeza dos rios, sublinhou a necessidade de ser atribuída caráter de urgência à resolução do problema, considerando que não se deve aguardar pelo período de verão, uma vez que o inverno se encontra iminente.

3) NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, PARA A COMISSÃO MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):

Informou que a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais foi estabelecida em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. Esta comissão é um órgão colegial de natureza deliberativa e de coordenação, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, que reúne por representantes de diversas entidades com responsabilidades ou competências na Gestão Integrada de Fogos Rurais – Proteção Civil e da Defesa da Floresta.

Paulo Balau (PSD):

Apresentou, em nome do Partido Social Democrata, como representantes da Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais o Senhor João Grilo, Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, e o Senhor Nuno Costa, Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia.

Deliberação n.º 74/2025: Para nomeação de dois representantes das Freguesias do concelho, para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, foi apresentada a seguinte lista:

Lista A – Presidente da Junta de Freguesia da Ferrel, João Manuel Bernardo Grilo (PSD), e o Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Nuno Miguel Martins Costa (PSD).

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Votos sim – Dezoito (18)

Votos não – Dois (2)

Votos brancos – Cinco (5)

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea b) do n.º 3, do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação, **por maioria**, designar o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ferrel, João Manuel Bernardo Grilo, e o Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Nuno Miguel Martins Costa, para integrar a

Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

4) NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):

Deu conta que o Conselho Cinegético Municipal é um órgão municipal de natureza consultiva, criada ao abrigo do Regime Jurídico da Conservação, Fomento e Exploração dos Recursos Cinegéticos que regula a caça em Portugal, e da legislação aplicável à gestão cinegética e aos municípios.

Paulo Balau (PSD):

Apresentou, em nome do Partido Social Democrata, o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador.

Deliberação n.º 75/2025: Para a nomeação de um representante da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal, apenas foi apresentado o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Manuel Prioste Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata.

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, constatou-se o seguinte resultado:

Votos sim: Dezassete (17)

Votos não: Dois (2)

Votos em branco: Seis (6)

Face ao resultado da votação, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea e) do n.º 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação, por maioria, designar o senhor António Manuel Prioste Salvador, Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, eleito pelo Partido Social Democrata, como representantes da Assembleia Municipal de Peniche para o Conselho Cinegético Municipal.

5) NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES OESTE NORTE, A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):

Disse que o Conselho da Comunidade e do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES Oeste Norte) é um órgão de participação, consulta e articulação com a comunidade, previsto no enquadramento legal do Serviço Nacional de Saúde, que visa aproximar os serviços de saúde primários da população e das entidades locais. Disse tratar-se de um órgão consultivo do ACES, composto por representantes de várias entidades, atendendo à alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, o Conselho da Comunidade é composto por vários representantes dos quais

um representante de cada município designado pelas respetivas Assembleias Municipais.

Clara Abrantes (CDU):

Informou que ocorreu uma mudança na estrutura da saúde, passaram dos ACES para as Unidades Locais de Saúde (ULS), ou seja, deixaram de ter Presidentes do Conselho da Comunidade e passaram a ter Presidentes do Conselho Consultivo.

Deliberação n.º 76/2025: Considerando que foi levantada a questão de que a legislação poderia ter sofrido alterações relativamente a esta matéria, deliberado retirar da ordem do dia a nomeação de um representante do Município de Peniche para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Oeste Norte, para reavaliar o assunto.

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2026:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Conforme é prática corrente, solicitou que as Grandes Opções do Município fossem analisadas e apresentadas em conjunto com a proposta de Orçamento para o ano de 2026.

Agradeceu a colaboração dos trabalhadores do Município, salientando que foram inexecutáveis, referindo que, com apenas dez dias de mandato, iniciaram de imediato os trabalhos de elaboração do orçamento, sem os quais nada disto teria sido possível. Expressou ainda um agradecimento especial, na pessoa da Dra. Ana Nunes, por todo o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais.

Solicitou permissão para que a Senhora Chefe de Subunidade de Finanças, Dra. Ana Nunes, procedesse à apresentação.

Chefe da Subunidade de Finanças da Divisão de Administração e Finanças, Ana Nunes:

Fez a apresentação do orçamento, para o ano 2026.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Renovou os agradecimentos à Dra. Ana Nunes, referindo que, naturalmente, o ponto de partida para a elaboração do presente orçamento foi o facto de este ter sido apresentado apenas dez dias após a tomada de posse do atual Executivo.

Indicou que existe um contexto herdado, tendo o Executivo sido confrontado com compromissos assumidos no passado, bem como com oportunidades e prioridades que, eventualmente, não seriam as suas, mas que compete igualmente honrar, dando continuidade a alguns dos projetos que se encontravam em curso.

Acrescentou que o seu compromisso passa por olhar para este orçamento com realismo e transparência, adotando simultaneamente uma abordagem nova na governação.

Referiu ser absolutamente essencial a valorização do capital humano e a

modernização administrativa, destacando a forma como valorizam os trabalhadores do Município, que considera absolutamente excepcionais. Reiterou afirmações já proferidas anteriormente, no sentido de que muitas empresas desejariam ter trabalhadores com a qualidade dos que existem no Município, facto que se tem vindo a confirmar, inclusivamente através das obras que têm sido executadas pelos próprios serviços.

Adiantou que pretendem reforçar a limpeza urbana, considerando o bem-estar e a qualidade de vida como essenciais, começando pela Avenida do Mar, sendo posteriormente adotadas outras metodologias.

Manifestou ainda a intenção de melhorar a segurança rodoviária e a valorização do espaço público, bem como de requalificar alguns equipamentos públicos, destacando, a título de exemplo, a intervenção no jardim infantil do Parque Central.

Referiu que pretendem apostar na modernização e na simplificação da vida das pessoas, através da implementação de um balcão único de atendimento, assumindo o objetivo de dar passos significativos no próximo ano para tornar esta realidade concretizável a curto prazo.

Ainda neste âmbito, informou que foi assinado um protocolo entre o Município de Peniche e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), no sentido de transferir a sua sede para o antigo auditório, com o objetivo de centralizar serviços, otimizar recursos e aproximar a administração municipal dos munícipes.

Referiu igualmente a intenção de reorganizar os arquivos municipais, potenciando o talento existente na Câmara Municipal para operacionalizar este processo.

Expressou que diariamente se surpreende com o capital humano existente, com a capacidade de trabalho demonstrada e com o facto de muitas das propostas e ações previstas para o próximo ano não serem mérito exclusivo dos autarcas, mas sim dos trabalhadores do Município, que detêm conhecimento e talento.

Afirmou o compromisso de aumentar os níveis de eficiência e regulação, informando que se encontram a decorrer dois processos: o desenvolvimento de regulamentos prioritários na área da publicidade e da ocupação do espaço público, permitindo viabilizar algumas esplanadas existentes e, simultaneamente, gerar receitas através da respetiva cobrança de taxas.

Indicou que, no orçamento de 2026, estimam conseguir executar cerca de cem mil euros de receita proveniente da cobrança de taxas de esplanadas, acreditando existir uma margem significativa para o aumento desse valor no próximo ano.

Referiu igualmente o regulamento de gestão e utilização do domínio público marítimo, no âmbito da transferência de competências ocorrida em 2018, aquando da passagem das concessões de praia para a Câmara Municipal, salientando a importância de esta matéria se encontrar devidamente regulada para que os catorze concessionários de praia possam efetuar o pagamento das respetivas concessões ao Município.

Manifestou ainda a intenção de reforçar a fiscalização municipal no terreno e de otimizar os procedimentos de contratação pública.

Adiantou que, no início do ano, será lançada uma informação interna, através da qual a Câmara Municipal irá disponibilizar aos trabalhadores interessados a frequência do curso de fiscalização municipal, definindo o número de trabalhadores necessário para integrar os quadros da autarquia nesta área.

Informou, por fim, que lançou o desafio aos onze Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), no sentido de a FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais, com sede em Coimbra, poder

descentralizar a formação para as Caldas da Rainha, caso existisse um conjunto de municípios interessados. Acrescentou que outros municípios, nomeadamente Óbidos e Bombarral, se associaram à iniciativa do Município de Peniche, a qual se tornará uma realidade.

Referiu existir um desafio absolutamente estratégico relacionado com a área da habitação. Informou que se encontra em vigor a Estratégia Local de Habitação (ELH), a qual prevê um investimento de trinta e um milhões e seiscentos mil euros, com o objetivo de garantir habitação digna a mais de duzentas famílias.

Explicou, contudo, que subsiste um obstáculo relevante, uma vez que, desde 2021, não foi executada qualquer candidatura ao abrigo da ELH, correndo-se o risco de a mesma não ser concretizada até ao ano de 2027.

Deu conta que reuniu recentemente com o Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), no sentido de ser permitido ao Município recorrer a este instrumento de financiamento disponibilizado pelo IHRU no âmbito da ELH, o qual, como é sabido, contempla uma componente de financiamento não reembolsável, a fundo perdido, bem como um instrumento de financiamento bonificado através do Banco Europeu de Investimento.

Acrescentou que, para proceder à reabilitação do Bairro do Calvário, se torna necessário proceder à alteração da Estratégia Local de Habitação, uma vez que a mesma prevê atualmente a demolição daquele bairro. Esclareceu que, para possibilitar a sua reabilitação e enquadramento no programa Primeiro Direito, é imprescindível essa alteração da ELH.

Informou, por fim, que foi criada uma equipa interna, recorrendo a recursos da Câmara Municipal, com vista à concretização deste processo, o qual será uma realidade.

Referiu existir igualmente uma questão central relacionada com o planeamento estratégico, assumindo como prioridade máxima a conclusão do Plano Diretor Municipal (PDM). Indicou que, de momento, não existem recursos disponíveis para proceder à revisão do PDM.

Acrescentou que, ao longo dos últimos anos, esta matéria não foi objeto de desenvolvimento significativo, não obstante se tratar de uma prioridade. Sublinhou, contudo, que tal deverá ser prosseguido sem prejuízo da necessária resposta aos munícipes que se relacionam com a Câmara Municipal, designadamente através da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, no âmbito das obras particulares, uma vez que não é admissível deixar os cidadãos sem resposta.

Referiu ainda a intenção de apostar na definição de novas Áreas de Reabilitação Urbana, esclarecendo que a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do centro histórico da cidade se encontra devidamente delimitada, embora caducada, sendo uma área que, quase tacitamente, tem vindo a ser renovada. Não obstante, considerou essencial proceder à sua revisão, bem como à definição de novas Áreas de Reabilitação Urbana, designadamente em articulação com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Manifestou, para o efeito, total predisposição e disponibilidade para, em conjunto, promover o alargamento dessas áreas, nomeadamente em zonas consideradas sensíveis e cuja reabilitação seja considerada crucial.

Deu igualmente nota da intenção de proceder à execução de pinturas rodoviárias e à instalação de lombas em todo o concelho, sublinhando, contudo, a necessidade de existir um plano estruturado, a concertar com as Juntas de Freguesia. Acrescentou que todas as reorganizações de trânsito e intervenções urbanísticas com impacto direto na

vida das populações deverão assentar no pressuposto da auscultação pública. A este propósito, referiu a recente reunião realizada com a comunidade do Lugar da Estrada, no âmbito da intervenção na Avenida da Praia, salientando que a escuta ativa das populações permite alcançar soluções mais adequadas ao território e às necessidades das pessoas.

Informou, ainda, que se realizou uma reunião relativamente à situação das arribas do Visconde, reiterando a intenção de manter uma postura de franqueza e transparência, comunicando com a população não apenas os projetos em curso, mas também as dificuldades existentes.

Referiu igualmente a intenção de reforçar a segurança no concelho, através da instalação de sistemas de videoproteção, reconhecendo tratar-se de um processo moroso e salientando que quanto mais tarde for iniciado, mais tarde será atingido o objetivo pretendido. Sublinhou que o concelho necessita de videoproteção e que serão dados passos concretos nesse sentido.

Acrescentou que pretendem dar continuidade às diligências relacionadas com o quartel da Guarda Nacional Republicana.

Abordou também o compromisso assumido no domínio da saúde e as medidas que pretendem vir a implementar. Nesse âmbito, referiu a existência de uma lacuna transversal aos trezentos e oito municípios do país, relacionada com o processo de transferência de competências. Explicou que a Câmara Municipal recebeu diversas competências, nomeadamente na área da saúde, sem que tivesse sido transferido o correspondente envelope financeiro, considerando esta questão central para o executivo. Acrescentou que depositam grande expectativa na revisão da Lei das Finanças Locais, processo atualmente em curso, prevendo-se avanços significativos em 2026, com efeitos práticos em 2027, acreditando que esta revisão permitirá reequilibrar e colmatar algumas das deficiências do sistema resultantes da transferência de competências.

Manifestou ainda a intenção de manter uma relação franca, séria e leal com todas as Juntas de Freguesia, salientando, como exemplo dessa postura, a atualização automática dos valores das competências transferidas, com um aumento de aproximadamente dois por cento, a produzir efeitos no início do próximo ano. Esclareceu que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia não necessitarão de solicitar essa atualização à Câmara Municipal, por se tratar de uma medida justa e de aplicação automática.

Referiu igualmente a intenção de incrementar a celebração de protocolos para projetos locais, com especial enfoque na segurança rodoviária, tendo registado com agrado a disponibilidade manifestada por um Presidente de Junta de Freguesia relativamente às pinturas de sinalização horizontal, nomeadamente passadeiras.

Concluiu esta parte da intervenção referindo que o executivo pretende continuar a apoiar as Juntas de Freguesia nos respetivos projetos. Informou que a Junta de Freguesia de Peniche manifestou a necessidade de um estaleiro devidamente delimitado, num espaço atualmente sob a alçada da autarquia, estando o executivo disponível para trabalhar em conjunto nessa matéria. Referiu igualmente a situação da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, relativamente à Loja dos Valla, bem como a disponibilidade demonstrada para colaborar com todas as Juntas de Freguesia, designadamente Ferrel e Serra d'El-Rei, encontrando-se atentos e disponíveis para responder aos desafios que lhes venham a ser colocados.

Deu ainda conta de um investimento considerado absolutamente central para o

concelho, sem precedentes, designado por Smart Ocean, consistindo num projeto de apoio à instalação de empresas, com vista à transformação do edifício num verdadeiro polo de atração de talento. Referiu que o objetivo passa por captar empresas de excelência para o território, estando previsto, à partida, um investimento de seis milhões de euros a fundo perdido, salientando o mérito do coordenador científico e atual Diretor da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, cujo trabalho considerou absolutamente notável em todo o processo.

Informou que, na presente data, foi assinado com a ADEPE um contrato de financiamento no valor de duzentos mil euros, destinado a proporcionar uma alavanca inicial ao projeto. Esclareceu que este montante se destina à fase operacional de arranque do projeto, considerando-o absolutamente central, sublinhando que o investimento global de seis milhões de euros se destina a uma estrutura vocacionada para a inovação e para a economia azul, com impacto significativo na transformação do território, na atração de talento e na possibilidade de retenção, na comunidade, dos quadros formados na universidade.

Referiu ainda a intenção de reafirmar Peniche, consolidando a marca Peniche Capital da Onda como um destino de turismo sustentável, bem como a organização, no mês de maio, da Bienal do Mar e a continuidade do evento WSL – World Surf League.

Deu conta de que a CCDR, através da OesteCIM, definiu uma verba de nove milhões de euros para a Câmara Municipal alocar a projetos considerados estruturantes. Esclareceu que, embora existam mais de vinte projetos abertos no âmbito do ITI, o executivo optará por se concentrar naqueles que considere exequíveis e prioritários.

Informou que as Piscinas Municipais serão uma realidade, encontrando-se atualmente em fase de elaboração do anteprojeto, tendo sido realizada, na presente semana, uma reunião com a equipa projetista.

Referiu que será priorizada a intervenção no Mercado Municipal, estando prevista a realização de uma reunião com os comerciantes no início do próximo ano, sendo que todos os projetos necessários à requalificação do Mercado Municipal serão contratualizados externamente.

Relativamente ao campo sintético do Parque Urbano, informou que se pretende aprofundar o respetivo projeto, com vista à sua concretização.

Concluiu abordando a terceira fase do projeto do Fosso das Muralhas.

No domínio da Educação, informou que se encontram a trabalhar na candidatura à Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de Peniche, prevendo-se a sua submissão no início do próximo ano, num investimento estimado em quinze milhões de euros, que contempla a construção de um novo pavilhão e de onze salas de aula. Referiu que o projeto atualmente existente não reúne condições para candidatura, por apresentar um conjunto de imprecisões e incorreções que necessitam de ser ultrapassadas, incluindo constrangimentos relacionados com o espaço previsto no Plano de Urbanização da Zona Sul, onde o solo não apresenta, à partida, condições adequadas à implantação do novo edifício. Informou que estão a trabalhar em articulação com a Dra. Fernanda Paula Oliveira, com vista à superação desses obstáculos.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente às prioridades da Câmara Municipal, declarou não pretender discutir essa matéria.

No que respeita aos trabalhadores da Câmara Municipal, afirmou não ter

quaisquer dúvidas quanto à sua qualidade, reiterando que a autarquia dispõe de excelentes trabalhadores, tal como já havia referido em ocasiões anteriores.

Colocou uma questão relativa à aplicação do saldo no montante de um milhão e oitocentos mil euros, questionando se o mesmo seria integrado de imediato no orçamento ou apenas posteriormente, no início do ano, aquando da Assembleia Municipal de fevereiro, momento em que, nos termos do SNC-AP, são efetuadas as aplicações do saldo.

Relativamente à Área de Reabilitação Urbana, referiu que a Freguesia de Serra d'El-Rei tem todo o interesse em desenvolver esse projeto, caso seja essa a vontade da Câmara Municipal em apoiar a concretização dessa intervenção.

Quanto ao FEFAL, referiu tratar-se de um processo simples.

Por fim, manifestou a sua opinião de que não ficou bem à Câmara Municipal não ter promovido uma reunião com as Juntas de Freguesia, referindo, em concreto, que tal não ocorreu com a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, o que, no seu entender, deveria ter sido assegurado. Acrescentou que gostaria que esta situação fosse corrigida no próximo ano, razão pela qual informou que não iria votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Agradeceu as questões colocadas.

Informou que, no dia 04 de novembro de 2025, foi realizada uma reunião com todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, esclarecendo que as reuniões devem ter como objetivo a tomada de decisões e não se limitar à troca de opiniões. Referiu que, na sequência dessa reunião, foram adotadas algumas decisões, tendo igualmente informações relevantes a prestar.

Nesse âmbito, informou que, na referida reunião, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei entregou um documento contendo contributos para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, bem como um conjunto de questões, designadamente relativas à aquisição de uma viatura, ao processo de descentralização de competências para as freguesias, à revisão do Plano Diretor Municipal no que respeita à Freguesia de Serra d'El-Rei e à Área de Reabilitação Urbana. Esclareceu que o referido documento, entregue em 04 de novembro de 2025, foi devidamente considerado.

Reiterou que a produtividade não se mede pelo número de reuniões realizadas, mas pela realização das reuniões adequadas, sublinhando que a reunião de 4 de novembro de 2025 foi uma reunião eficaz, da qual resultaram contributos relevantes apresentados pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, que foram acolhidos pelo executivo.

Acrescentou ainda que, na mesma data, foi entregue pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei documentação relativa a um pedido de comparticipação financeira correspondente a cinquenta por cento do valor da aquisição de uma viatura ligeira. Esclareceu que a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei procedeu à aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias, no valor de treze mil e trezentos euros, tendo o pedido merecido acolhimento por parte do executivo.

Na sequência desse pedido, citou o despacho proferido: *“Tendo a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei apresentado um pedido de comparticipação financeira na sequência da aquisição por ajuste direto de uma viatura ligeira de mercadorias, considerando que o processo foi concluído em maio e tendo em conta a relevância que o apoio solicitado assume para aquela autarquia, determino que os serviços competentes desenvolvam todos os procedimentos necessários de modo a garantir a atribuição do apoio em epígrafe com maior brevidade possível.”*

Concluiu informando que, na sequência do referido despacho, foi prestada informação pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, no sentido de avaliar o enquadramento orçamental e preparar a respetiva proposta a submeter à próxima reunião de Câmara.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que a reunião mencionada pelo Senhor Presidente da Câmara foi convocada com menos de vinte e quatro horas de antecedência, tendo, ainda assim, todos os Senhores Presidentes de Junta comparecido.

Esclareceu que a referida reunião teve como finalidade a apresentação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, dos membros do executivo e dos respetivos pelouros atribuídos, bem como a audição de algumas questões colocadas pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Explicou que os documentos entregues ao Senhor Presidente da Câmara já se encontravam na posse da Câmara Municipal, tendo o documento em causa sido inicialmente entregue, em dezembro de 2024, à Senhora Vereadora Ana Rita Petinga, à data Vice-Presidente da Câmara Municipal, o mesmo sucedendo relativamente ao documento referente à aquisição da viatura.

Acrescentou que considera distinta a realização de uma reunião específica entre a Câmara Municipal e cada uma das Juntas de Freguesia para apreciação do plano e orçamento para o ano seguinte, prática que, segundo referiu, vem sendo adotada há vinte e oito anos.

Relativamente ao despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, registou com agrado a sua emissão, salientando, contudo, que o assunto já deveria ter sido aprovado pelo anterior executivo municipal. Observou que quem assume funções herda quer os aspetos positivos, quer os menos positivos, recordando que os compromissos haviam sido assumidos, à data, pela Senhora Vice-Presidente e pelo Senhor Diretor Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Com o devido respeito, afirmou não pretender promover discussões estereis nem entrar em polémicas que não conduzam a soluções concretas, sublinhando que o foco do executivo se centra na resolução dos problemas das Juntas de Freguesia e dos municípios, sendo prioritário responder às necessidades identificadas pelas Juntas de Freguesia.

Referiu ainda um esclarecimento adicional relativo à isenção do pagamento de água pelas Juntas de Freguesia, informando que, no que respeita à Freguesia de Serra d'El-Rei, no próximo ano deixará de ser faturado o consumo de setecentos metros cúbicos de água correspondente à sede da freguesia, bem como o consumo de água do parque urbano, o que representa uma poupança superior a dois mil euros.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que as intervenções do Senhor Presidente têm o seu mérito, as intervenções de outras pessoas igualmente, portanto, não pode adjetivar que as intervenções do Senhor Presidente da Câmara são brilhantes e que a dos outros não prestam, esse não é um bom caminho.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):

Referiu que, nos autos de transferência de competências, existe uma rúbrica com

dotação destinada à aquisição de veículos. Manifestou interesse em conhecer a data em que foi acordada a comparticipação de cinquenta por cento, a fim de aferir se se encontra em situação de igualdade, uma vez que, no presente ano, procedeu igualmente à aquisição de uma máquina.

Acrescentou que, aquando da transferência de competências, lhe foi transmitido que não teria direito à referida comparticipação.

Joaquim Farto (PS):

Agradeceu à Dra. Ana Nunes e aos técnicos que integraram a equipa responsável pela elaboração dos referidos documentos, reconhecendo as dificuldades inerentes à preparação de um orçamento com esta natureza e no contexto em que foi desenvolvido.

Reconheceu igualmente as dificuldades sentidas pelo executivo na elaboração do orçamento, atendendo às incertezas existentes, designadamente quanto às candidaturas possíveis, à origem das verbas e ao respetivo enquadramento financeiro.

Referiu que, conforme mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara no preâmbulo das Grandes Opções do Plano, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentados correspondem às opções possíveis no atual contexto, não se tratando, de forma clara, do orçamento e das opções ideais do executivo, mas antes de um conjunto de propostas necessariamente condicionado, o que considerou natural e compreensível. Não obstante, manifestou confiança no sucesso da concretização do que seja efetivamente exequível, considerando que a realização do possível representa, neste contexto, um resultado positivo.

Paulo Balau (PSD):

Parabenizou o executivo pela apresentação do Orçamento no prazo de dez dias, salientando que o documento reflete as alterações possíveis face à situação de paralisação anteriormente existente.

Recordou que o atual Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, quando exercia funções de Vice-Presidente da Câmara Municipal, em 2007, participou na aprovação de um orçamento seis meses após a tomada de posse do executivo então em funções. Referiu que, nessa ocasião, o Senhor Presidente António José Correia sublinhou que se tratava do orçamento possível para aquele ano, sendo que a programação de 2007 respeitaria os compromissos assumidos com o respetivo eleitorado.

Neste contexto, afirmou não compreender a adoção de um discurso que qualificou como crítico e desadequado, acrescentando que no próximo ano poderá ser feita a avaliação que se entender quanto ao trabalho entretanto desenvolvido.

Deliberação n.º 77/2025: Submetida a proposta (n.º 3346/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2026.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2026:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 78/2025: Submetida a proposta (n.º 3342/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2026.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2026:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2025.

Deliberação n.º 79/2025: Submetida a proposta (n.º 3317/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2026.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2026:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Solicitou permissão para que a apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2026, fossem efetuadas pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Pedro Barata.

Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, Pedro Barata:

Fez a apresentação das propostas.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Recordou que, há cinco anos, em contexto de campanha eleitoral, o anterior Presidente da Câmara assumiu, na Serra d'El-Rei, a obra designada por "Serra Mistura" como a grande intervenção a executar naquela freguesia, a qual, contudo, não veio a concretizar-se.

Referiu que o Senhor Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento afirmou que o reservatório da Serra d'El-Rei é uma infraestrutura importante, designadamente para a Bufarda e localidades próximas, entendimento com o qual concorda. Esclareceu que a obra da "Serra Mistura" foi objeto de discussão entre o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e que a mesma contemplava, para além da questão do abastecimento de água, a resolução do problema de saneamento existente ao longo de toda a avenida principal da freguesia.

Mencionou que, atualmente, subsiste um problema, na medida em que a referida obra enfrentou constrangimentos ao nível da execução e da sua continuidade. Acrescentou que o problema do abastecimento de água naquela avenida não foi devidamente resolvido e que o problema do saneamento não foi solucionado, permanecendo, assim, ambas as situações por resolver.

Reconhecendo a importância do reservatório, considerou, contudo, que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento deverão encontrar uma solução que corresponda às expectativas criadas junto da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei e da população, uma vez que os compromissos assumidos foram anunciados em sessão pública.

Por fim, solicitou que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento procedessem à verificação das medidas a adotar relativamente a esta situação.

Paulo Balau (PSD):

Da mesma forma que o fez para a Câmara Municipal, parabenizou os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, na pessoa do Senhor Presidente do Conselho de Administração.

Deliberação n.º 80/2025: Submetida a proposta (n.º 3332/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13) e pela Coligação Democrata Unitária (2), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Chega (3), aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2026.

10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2026:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 81/2025: Submetida a proposta (n.º 3334/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche

deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13) e pela Coligação Democrata Unitária (2), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Chega (3), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2026.

11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2026:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 82/2025: Submetida a proposta (n.º 3335/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2026.

12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - MUNICÍPIO DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 83/2025: Submetida a proposta (n.º 3330/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2):

1. Conceder autorização prévia favorável à assunção dos compromissos Deliberado retirar da plurianuais pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2026, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano para 2026, que não excedam os 99 759,58€ € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não excedam os três anos, ao abrigo do disposto no

n.º 3 do artigo 6.º da LCPA. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

13) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 84/2025: Submetida a proposta (n.º 3337/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2):

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2026, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2026, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

14) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE, PARA O ANO 2026:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, não se registaram intervenções.

Deliberação n.º 85/2025: Submetida a proposta (n.º 3336/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (2), conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2026, até ao valor máximo de 35 000,00 € (trinta e cinco mil euros).

15) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2025.

Ana Rasteiro (CHEGA):

Apresentou, verbalmente, a seguinte declaração de voto:

*«Ex. Mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Ex. Mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Ex. Mos. Presidente de Junta de Freguesia,
Deputados Municipais,
Vereadores.*

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O Chega entende ser necessário referir que a população portuguesa e, em particular, a população do concelho de Peniche continua a enfrentar dificuldades significativas no acesso aos serviços de saúde, à habitação e a diversos apoios sociais e financeiros.

Neste enquadramento, a receção de cidadãos oriundos de outros países na nossa comunidade, além de implicar alterações culturais relevantes, agrava a pressão já existente nos serviços públicos que se encontram, em muitos casos, sobrelotados.

Cumprе igualmente salientar que a atual oferta de trabalho não é, por si só, suficiente para acomodar de forma equilibrada um aumento adicional da procura. Muitos imigrantes que chegam em condições precárias acabam por aceitar regimes laborais que já não correspondem aos padrões e direitos conquistados pelos trabalhadores portugueses no período pós 1974, nem para o imigrante é dignificante.

Entendemos ainda pertinente sublinhar a inexistência, em muitos casos, de reciprocidade no tratamento dado aos cidadãos portugueses que pretendem trabalhar em países terceiros.

Por isso, gostaria de solicitar que fizéssemos um breve exercício de reflexão. De que forma é que é assegurada a integração dos cidadãos portugueses em países como a Índia, o Paquistão ou o Bangladeche.

O Grupo Municipal do Chega não identifica no Plano Municipal para a Integração de Migrantes qualquer contributo para um suposto enriquecimento pluricultural, pelo contrário, entende que se verifica uma gradual perda de identidade, de cultura local justificada em nome de uma suposta integração cujo resultado e impacto permanecem, no nosso entender, altamente questionáveis.

Queremos ainda afirmar a importância da preservação das tradições culturais do concelho, designadamente as celebrações do nascimento do menino Jesus e as manifestações artísticas e populares que já lhes estão associadas, incluindo os presépios de rua elaborados por alguns cidadãos e tão reconhecidos por todos.

Nas escolas, que são transmissoras não apenas de conhecimento, mas também de cultura, as manifestações associadas ao Natal têm sido ao longo dos anos uma presença constante. Não queremos que no nosso concelho ocorra o que aconteceu no Agrupamento José Maria dos Santos, por exemplo, no Pinhal Novo, freguesia do concelho de Palmela, onde, citando o diário do distrito de 06 de dezembro de 2025, a inexistência de cenários de Natal nas fotografias deste ano, motivou perguntas e críticas, sobretudo famílias que consideraram inesperada a mudança de abordagem. Tem igualmente sido noticiadas denúncias de que no concelho de Braga existem escolas que desincentivam a celebração da quadra natalícia para não oprimir os imigrantes não cidadãos. Acresce que foram também sinalizadas situações na Escola Secundária Carlos Amarante onde alguns alunos terão ficado sem aulas por a sala estar a ser utilizada por outros grupos estudantes para práticas religiosas de caráter islâmico.

Quando falamos em celebrações de Natal, falamos igualmente de outras tradições e celebrações que fazem parte integrante da identidade da cultura portuguesa.

Consideramos essencial garantir que tais tradições não venham no futuro a ser limitadas ou condicionadas para evitar eventuais ferimentos de suscetibilidades a cidadãos estrangeiros.

Saliento um slogan de campanha, que nem era o nosso, mas com o qual concordamos na íntegra “A Nossa Terra Primeiro”.

Nestes termos e pelas razões expostas, não iremos votar a favor o Plano Municipal para a Integração de Migrantes.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu compreender a intervenção dos representantes do Partido Chega, considerando tratar-se de uma intervenção de natureza política.

Chamou a atenção para o facto de os problemas na área da saúde, designadamente a sobrecarga verificada nas urgências do Hospital de Caldas da Rainha, resultarem, em muitos casos, da inexistência de médico de família para utentes do concelho de Peniche, bem como de Óbidos e da localidade da A-da-Gorda. Considerou que este constitui o problema estrutural, não podendo a situação ser atribuída exclusivamente à presença de migrantes, ainda que estes também integrem a realidade em análise.

Referiu ainda que a eventual saída dos trabalhadores estrangeiros que exercem funções nos setores da hotelaria, restauração, agricultura e pesca na região teria consequências significativas para o país, sublinhando que todos são necessários.

Acrescentou que importa promover a integração e criar as devidas condições para o efeito, considerando que a proposta em apreciação vai nesse sentido, razão pela qual entende que a mesma merece o apoio da Coligação Democrática Unitária.

Manuel Salvador (PSD):

Acrescentou que, efetivamente, o slogan da campanha eleitoral do Partido Social Democrata foi “A Nossa Terra Primeiro”, salientando, contudo, que na nossa terra há lugar para todos.

Deliberação n.º 86/2025: Submetida a proposta (n.º 807/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com **vinte e um (21) votos a favor**, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrata Unitária (2), e **três (3) votos contra**,

dos membros eleitos pelo Partido Chega (3), aprovar o Plano Municipal para a integração de Migrantes.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 87/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e trinta e cinco minutos do dia dezanove de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de fevereiro de 2026, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
